

Transição ao Trabalho de diplomados do Ensino Superior: a dicotomia Universidade/Politécnico

Luís Nuno Sousa ¹

A problemática da transição ao trabalho, por parte dos diplomados do Ensino Superior, tem vindo também em Portugal, a ganhar visibilidade crescente, infelizmente pelas piores razões, a do Desemprego. Este fenómeno transformou-se nas últimas décadas, num dos principais problemas, com o qual, as sociedades ditas de modernas se têm vindo a confrontar.

O desemprego, que até há bem pouco tempo afectava fundamentalmente as camadas populacionais menos escolarizadas e conseqüentemente menos dotadas em termos de competências para fazer face às cada vez mais profundas exigências do Mercado de Trabalho, alargou progressivamente a sua incidência, atingindo agora também, o até bem pouco tempo incólume, grupo de jovens diplomados do Ensino Superior. Conseqüentemente, reformulou-se quer o conceito de desemprego, como principalmente as suas abrangências e incidências, abrindo novas discussões e reflexões que urgem realizar, de forma a permitir um conhecimento mais profundo destas novas conjecturas.

As mutações profundas ocorridas no funcionamento do mercado de trabalho, alicerçadas numa progressiva inovação tecnológica e organizativa dos processos

¹ Assistente na Escola Superior de Educação de Viseu – I-S.P.V.

produtivos, vêm dificultar de sobremaneira a posição dos jovens face ao mesmo, fundamentalmente os não detentores de diplomas académicos. Isto acontece também devido às transformações que se têm registado ao nível do trabalho, no que diz respeito fundamentalmente à crescente globalização de culturas, mercados e tecnologias, bem como à emergência de novas tecnologias de informação e comunicação. São instituídos novos processos produtivos com consequências ao nível das estruturas sociais, estilos de vida e valores. Por outro lado, a progressiva terciarização da economia origina uma valorização das capacidades intelectuais, influenciando as exigências do mercado de trabalho e a aposta progressiva na educação. Verifica-se assim, uma proliferação da contratualização a termo das relações laborais, pelo crescimento do trabalho independente ou por conta própria e pelo emprego a tempo parcial.

“Em síntese, pode-se dizer que, no caso português, a uma maior quantidade de emprego corresponde uma menor qualidade (não só do ponto de vista do vínculo, como da qualificação e da remuneração).” (Lima, 1992:19).

Os jovens constituem, sem dúvida, uma parcela da população particularmente sensível a estas conjunturas. A instabilidade caracteriza globalmente o período de integração dos jovens na vida profissional. O número de vezes que estes mudam de emprego, constitui um dos indicadores privilegiados na constatação desta situação.

A década de 90 do século XX, traz consigo indicadores² representativos para este novo fenómeno, até aí pouco referenciado e representativo, o desemprego dos jovens diplomados do Ensino Superior, verificando-se progressivamente um aumento de dificuldades dos mesmos, na transição ao trabalho. Estas circunstâncias originam logicamente situações de instabilidade, precaridade e uma aproximação constante ao desemprego. Apesar dos indicadores sobre o desemprego em Portugal, relativamente aos jovens diplomados não representarem (ainda), características preocupantes, o facto é que o futuro será porventura tumultuoso, face à conjuntura actual. Assim, “(...) se se mantiver a tendência prospectivando no sentido do aumento do número de diplomados do Ensino Superior, e se se agravarem as possibilidades efectivas da sua absorção no mercado de trabalho, consideramos possível a emergência de um contexto em que as desigualdades de inserção destes diplomados sejam crescentes (...)” (Alves, 1998:138).

Independentemente disso, continua-se a assistir a um aumento do investimento, por parte dos jovens e não só³, na formação de índole superior, com o objectivo de

² A título de exemplo: ROSE (1987) *op. cit.*; VERNIÈRES (1997) *op. cit.*; OCDE (1997) *op. cit.*

³ Veja-se só o caso da proliferação dos trabalhadores-estudantes.

alcançar uma mais fácil transição ao trabalho ou trajetórias profissionais ascendentes. É genericamente aceite, que este investimento em educação, não significa objectivamente e automaticamente, uma melhor e mais rápida transição ao mercado de trabalho. Potencialmente os diplomados do Ensino Superior estarão em melhores condições para fazer face ao mesmo, mas importa lembrar que inúmeros aspectos influenciam e caracterizam esta mesma transição. Desta forma, despontam descontinuidades que urge conhecer, fundamentalmente ao nível da relação entre sistema educativo e sistema produtivo, de forma, a que os mesmos não se distanciem mais. Com a massificação da educação, iniciada com a gratuidade de oferta e posteriormente, com a instituição da obrigatoriedade, assiste-se a uma extensão dos percursos e investimentos escolares, bem como a um adiamento na entrada na vida activa e, conseqüentemente, na vida adulta, tal como também defende Pais (1994).

Para Galland (1991), com a explosão escolar, decorrida na década de 50 do século XX, cujas “réplicas” em Portugal só aconteceriam 20 anos mais tarde, a entrada na vida adulta irá “arrastar-se” cada vez mais em termos temporais⁴.

Assiste-se, assim, a uma massificação do sistema de ensino que, progressivamente, se irá alargando a todos os níveis constituintes do mesmo. Este movimento caracteriza os países mais desenvolvidos, acontecendo fundamentalmente no período pós-2ª Guerra Mundial, estando associada, em parte, a um crescente desejo de mobilidade social ascendente por parte das classes mais desfavorecidas, alicerçada nas ideias de igualdade, meritocracia e democratização do sistema de ensino, que permitiria independentemente da origem socioeconómica dos indivíduos, a oportunidade de ascender na estrutura social.

Face ao já referido relativamente às dificuldades nos processos de transição ao trabalho por parte dos diplomados do Ensino Superior, não é difícil compreender o desencanto que se apoderou de muitos que, ao investirem na educação, não o vêm rentabilizar. Assim, principalmente o Ensino Superior começa, desde à algum tempo a assumir a função, para Santos (1996), de um “parque de estacionamento”.

Azevedo (1994), afirma que atravessamos actualmente um período de crise da ideologia desenvolvimentista da educação, ao constatar estas descontinuidades entre sistema de formação e sistema produtivo e no qual o progressivo aumento do desemprego de diplomados representa a face mais visível. Contudo, apesar do aumento significativo

⁴ Refira-se só a título de exemplo a idade média dos indivíduos nos actuais casamentos ou uniões de facto, bem como a descida da taxa de natalidade.

do investimento escolar atrasar a entrada para o mercado de trabalho e ilusoriamente diminuir a taxa de desemprego, o facto é que os problemas de inserção irão existir, principalmente quando o que está em causa é o acesso a um emprego estável, e próximo das competências profissionais dos indivíduos.

Esta situação vai elevar esta problemática a outros níveis. Com o aumento da competitividade na educação, os parâmetros deste investimento aumentam significativamente, materializando-se numa extensão efectiva das trajectórias escolares.

Assiste-se a uma inflação escolar na relação Mercado de Trabalho e Sistema de Ensino, verificando-se que a posse de um diploma já não representa actualmente uma garantia de acesso a posições sociais e profissionais coerentes com o tipo e conteúdos da formação recebida. A utopia de que a simples posse de um diploma garantiria à priori uma boa situação face ao trabalho desvaneceu-se há muito.

Face a esta conjuntura, várias discussões se têm instituído em torno do papel efectivo que o Ensino Superior deve representar neste processo. Independentemente do mesmo deter uma posição autónoma face ao Mercado de Trabalho, o facto é que em última instância, o terá como referência, no que respeita à efectiva integração profissional dos seus diplomados. As Universidades e os Politécnicos, deverão aproximar-se, cada vez mais, das verdadeiras necessidades do sistema produtivo, de forma a evidenciar se efectivamente os conhecimentos que transmitem se aplicam ou não às particularidades e necessidades do mesmo. Não esqueçamos que o objectivo deste ensino é possibilitar um desenvolvimento pessoal e profissional aos seus alunos, como forma de maximizar a sua capacidade de integração pessoal e profissional na sociedade.

Temos assistido, nas últimas décadas, em Portugal, a um movimento no sentido de uma maior tecnicização e cientificidade da estrutura produtiva, que nos aproxima de outros países industrializados, esta situação acarretou mudanças profundas a nível do processo produtivo, com consequências inevitáveis nos processos de trabalho e ao nível do ensino, com uma inflação da procura e aposta na educação, materializadas na extensão progressiva das trajectórias escolares. Estamos perante sistemas com ritmos e lógicas distintos e logicamente que o sistema de ensino não pode, nem deve acompanhar fielmente o sistema produtivo, não é essa também a sua função. Mas é da sua responsabilidade verificar até que ponto a formação que faculta, possibilita aos seus alunos um exercício efectivo de uma profissão para a qual foi objectivamente preparado. Assim, urge, introduzir hábitos de avaliação sistemática da acção das escolas, de mediação dos resultados finais dos sistemas educativos, ou seja, do ajustamento entre a

oferta de formação e a procura. Esta tomada de posição tem como objectivo último aproximar os saberes transmitidos dos efectivamente valorizados no Mercado de Trabalho. Para Azevedo (1994), os sistemas de formação não devem igualmente estar desconexos da inserção socioprofissional dos alunos, porque estes processos de transição ao trabalho evidenciam, de certa forma, a eficiência ou não, das políticas de educação e da formação técnica e profissional.

No entanto, verificam-se, ainda e tendo presente Santos (1996), inúmeras dificuldades por parte do sistema educativo em assistir e planificar as efectivas necessidades previsíveis de mão-de-obra por parte do Sistema de Emprego, nomeadamente em captar atempadamente os sinais do mesmo e de agir em conformidade. Esta situação comprova a pertinência e urgência desta ligação, que pode ser potenciada pela realização de estudos/investigações que tenham como temática central a problemática da transição ao trabalho, respeitante ao Ensino Universitário e Politécnico.

Os estágios curriculares a nível superior representam assim oportunidades importantes na materialização deste objectivo. O contacto facultado melhora inquestionavelmente a posição dos jovens face ao Mercado de Trabalho, aquando do terminus dos seus cursos superiores, nem que seja pelo facto de já terem tido uma experiência a nível profissional. Neste contexto urge, ao nível do Ensino Superior, reflectir mais intensamente rentabilização deste tipo de ligações à realidade envolvente, uma proximidade maior ao mercado de trabalho é necessária, (através de estágios, experiências de trabalho, parcerias, investigação etc), como forma dos jovens fazerem frente à crise de emprego, à evolução dos mesmos, das profissões e às constantes mudanças técnicas. Esta situação permitirá um acompanhamento mais directo das mutações nos conteúdos e condições de trabalho e do sector de actividade. Consequentemente, a pertinência dos estágios integrados na estrutura curricular dos cursos representa impreterivelmente uma prática de salutar e que se deveria efectivamente generalizar, como o intuito de possibilitar aos alunos, um contacto prévio com o Sistema de Emprego, com a área correspondente à sua formação e também com a organização e estrutura do trabalho.

Unanimemente os estágios, bem como a experiência profissional que está inerente à sua realização, são referidos como um dos pontos mais importantes quando o que está em causa é a transição ao trabalho, representando, invariavelmente, um elemento fulcral à

integração profissional, principalmente quando se está presente face a uma faixa populacional sem experiência profissional e saída directamente do sistema de ensino, tal como se pode constatar entre outros, em Giret (2000).

Actualmente, é de salientar uma maior e mais evidente preocupação com estas questões, por parte das instituições de Ensino Superior, multiplicando-se os trabalhos⁵ sobre a integração no Sistema de Emprego por parte dos diplomados do Ensino Superior, teoricamente e até há pouco tempo considerados imunes ao fenómeno de desemprego. Contudo, continua-se a assistir a uma macrocefalia científica no que respeita também à investigação científica a nível superior em Portugal, isto porque até agora ela tem acontecido sobretudo, a nível universitário.

Outra questão assim se levanta, a da estrutura binária do Ensino Superior em Portugal, enquadrada nas novas perspectivas vinculadas pela Declaração de Bolonha.

Ainda hoje são observáveis dicotomias efectivas entre o Ensino Superior Politécnico e o Ensino Universitário. Vários autores têm referido que foi efectivamente o Ensino Politécnico que em Portugal materializou a “democratização” do ensino superior, com as contingências inerentes a este mesmo processo. São diversas e evidentes, as diferenças que encerram estes dois tipos de Ensino Superior, ao nível dos objectivos, do tipo de ensino facultado, da localização geográfica das instituições e também do tipo e quantidade de procura de que os mesmos são alvo.

Para Simão e Costa (2000), este tipo de ensino aparecia associado à resposta a quatro questões: responder às expectativas do mercado de trabalho, em termos de recursos humanos, integrada numa perspectiva desenvolvimentista; reforçar as condições de igualdade no acesso ao Ensino Superior; adequar os conteúdos e práticas aos diferentes grupos populacionais e estimular formação contínua e educação recorrente. O processo de afirmação do Ensino Superior Politécnico, no panorama do Ensino Superior em Portugal, não tem sido, portanto, um processo fácil e igualitário. Além de ter objectivos substancialmente diferentes, o facto é que se vai verificar uma procura e interesse reduzido, numa fase inicial, por este tipo de ensino. Esta situação reflecte a forma diferenciada como estes dois tipos de ensino eram (são?) vistos. Existiu, desde sempre, uma diferença evidente de estatuto entre o Ensino Universitário e o Politécnico, sendo este último maioritariamente visto como bastante diferente do primeiro. A imagem social do Ensino Politécnico é substancialmente inferior à detida pelo ensino

⁵ A título de exemplo: MARTINS e tal (2002), *op. Cit.* ; GONÇALVES e tal (2001) *op. Cit.*, ALVES (2000) *op. Cit.*

Universitário, sendo mesmo o primeiro referido, como afirmam Simão e Costa (*idem*), como um ensino de 2ª classe. Embora a mesma esteja actualmente a modificar-se, o facto é que existiu, desde sempre, uma diferenciação evidente entre estes dois tipos de ensino, e que infelizmente ainda perdura.

Apesar de ouvirmos insistentemente a referência à valorização progressiva de um ensino mais próximo das realidades evidenciadas pelo mercado de trabalho, e que constitui de gènesse uma das características específicas do Ensino Politécnico, que é mais profissionalizante, continuamos a verificar uma valorização diferenciada a que estes dois tipos de diplomas são sujeitos, continuando a verificar-se uma maior valorização dos diplomas do ensino universitário. É necessário equilibrar esta situação, sob pena de este mesmo ensino ver a sua visibilidade perder-se face aos novos desafios lançados na Declaração de Bolonha. Esta situação procurará reformular as estruturas do ensino superior, de forma a atingir uma convergência do sector a nível europeu. O objectivo principal é “(...) a criação de um espaço europeu coerente de ensino superior, como meio de (...) desenvolver a empregabilidade e mobilidade na Europa; a competitividade internacional e a atracção do ensino superior europeu no mundo (...)” (Haug, 2001,:91).

Contudo, as particularidades da Declaração de Bolonha, principalmente ao nível da adopção de um quadro comum de referência para as estruturas curriculares, poderá vir a constituir a oportunidade do Ensino Politécnico, de uma vez por todas, alcançar o nível e estatuto do seu congénere Universitário. Tudo porque se efectivamente se materializar uniformização/homogeneização das instituições e dos diplomas facultados a nível superior no espaço europeu, valorizando-se, sobretudo, as qualificações e não os graus académicos, promover-se-à o intercâmbio de pessoas e conhecimentos de uma forma muito mais intensa e profunda. Esta poderá constituir efectivamente, a oportunidade de assistirmos em Portugal ao atenuar das diferenças entre o Ensino Superior Universitário e Politécnico, se pensarmos que reside essencialmente a este nível (diferentes tipo de formações), a principal diferença entre eles. Não é pelo facto de todos os cursos terem uma configuração de 4 anos que o Ensino Politécnico, futuramente com esta ou outra designação, perderá a sua identidade e particularidades que o diferenciam do seu congénere Universitário. Exista coragem e vontade política para o fazer.

Os próximos anos serão fulcrais para o Ensino Superior Politécnico que, de uma vez por todas, tem que consolidar a sua posição, fundamentalmente a nível de investigação própria. Por outro lado, terá que redimensionar a sua oferta, sob pena de ver a sua

posição, numa área de oferta de Ensino Superior cada vez mais concorrencial, mais debilitada.

Esta reflexão teórica de uma forma geral exterioriza a conjuntura que enquadrou a investigação realizada na E.S.E.V., sobre os diplomados em Comunicação Social e que terá continuidade ainda no corrente ano.

Os resultados alcançados não denotaram diferenças significativas nas tendências gerais dos processos de transição ao trabalho por parte dos diplomados alvo de análise, no que respeita aos seus congéneres do ensino universitários, exteriorizadas pelas investigações que vêm sendo realizadas em diversas Universidades Nacionais.

Assim, no que respeita às trajectórias de inserção genericamente verificou-se que o acesso ao primeiro emprego não se afirmou, em termos temporais, como um processo longo maioritariamente em áreas próximas da formação específica recebida. É ao nível da situação na profissão, com o predomínio dos contratos a termo certo e de baixos rendimentos, que se verificam situações de maior instabilidade, que são “naturais”, face ao pouco tempo que ainda caracterizava, na altura, as suas carreiras profissionais e também pelo facto de os mesmos constituírem maioritariamente a primeira experiência profissional destes jovens.

Relativamente à mobilidade geográfica, verificou-se um movimento de fixação na cidade de Viseu, transformando-se a mesma como o local privilegiado de recepção e fixação, dos diplomados em Comunicação Social. Esta questão terá que ser enquadrada a nível regional, até porque este centro urbano, capital de distrito, evidencia uma maior capacidade de atracção relativamente às suas congéneres do interior do país, em termos de oferta de condições de índole económico-cultural, o que face à origem geográfica dos inquiridos, maioritariamente do Distrito de Viseu, ou do interior do país, não constituiu um movimento que possamos afirmar que nos tenha surpreendido.

A estrutura curricular do curso constituiu desde sempre um dos grandes vectores de análise. Estando perante um curso com uma tipologia de 3+ 1, Bacharelato + Licenciatura, o estágio curricular teria que estar enquadrado no 3º ano curricular de forma a possibilitar o acesso ao primeiro grau académico. Esta situação não se apresentava, para nós, como a mais correcta, tendo presente que o estágio representa inquestionavelmente a primeira oportunidade de emprego que os jovens diplomados enfrentam, não esquecendo igualmente a ligação intrínseca que existe sempre entre os mesmos e as áreas de formação específica.

Acrescente-se porém que está para breve a resolução desta situação, já que o respectivo curso irá funcionar brevemente com uma tipologia de licenciatura, com o estágio curricular no 4º ano do mesmo, ideia que por nós foi sempre defendida e que obviamente se saúda, para bem dos nossos futuros alunos.

Bibliografia

ALVES, Mariana Teresa Gaio, 1998, “Inserção na vida activa de licenciados: a construção de identidades sociais e profissionais”, *Sociologia Problemas e Práticas*, 26, 131-147.

ALVES, Mariana Teresa Gaio, 2000, *Trajectórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados 1994-1998*, Lisboa, UL.

AZEVEDO, Joaquim, 1994, *Avenidas de Liberdade – Reflexões sobre política educativa*, Porto, Edições Asa.

CRUZ, Manuel Braga da ; CRUZEIRO, Maria Eduarda, 1995, *O Desenvolvimento do Ensino Superior em Portugal – Situação e problemas de acesso*, Lisboa, ME.

GALLAND, O., 1991, *Sociologie de la Jeunesse. L'entrée dans la vie*, Paris, Armand Collin.

GIRET, Jean-François, 2000, *Pour une économie de l'insertion professionnelle des jeunes*, Paris, CNRS Éditions.

GONÇALVES, Carlos ; PARENTE, Cristina ; VELOSO, Luísa, 2001, “Licenciados em Sociologia: ritmos e formas de transição ao trabalho”, *Sociologia*, 11, 31-90.

HAUG, 2001, “O significado da Declaração de Bolonha de Junho de 1999”, *Revista Millenium*, 21, 91-98.

LIMA, Maria da Paz, 1992, *Inserção na vida activa, emprego e desemprego em Portugal e na Comunidade Europeia*, Lisboa, ICS/IPJ.

MARTINS, António Maria; ARROTEIA, Jorge Carvalho; GONÇALVES, Maria Maneula, 2002, *Sistemas de (des)emprego: trajectórias de inserção*, Aveiro, UA.

OCDE, 1997, *Perspectives de l'Emploi*, Paris, Éditions de l'OCDE.

PAIS, José Machado, 1994, “Percursos para a vida adulta num contexto de mudança social: o caso ilustrativo de Portugal”, *Estudos de Juventude*, 8, 15-25.

ROSE, José, 1987, *En busca de Empleo - Formation, Paro, Empleo*, Madrid, Informes.

SANTOS, Boaventura de Sousa, 1996, *Pela Mão de Alice – O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Afrontamento.

SIMÃO, José Veiga; COSTA, António de Almeida, 2000, *O Ensino Politécnico em Portugal*, Braga, Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos.

SOUSA, Luís Nuno Figueiredo, (2003), *Transição ao Trabalho: Interioridades, desafios ou descontinuidades – O caso do Curso de Comunicação Social da E.S.E.V.*, Dissertação de Mestrado, ISCTE.

VERNIÈRES, 1997, *L'insertion professionnelle: analyses et débats*, Paris, Economica.